

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 8, e segunda-feira, 10 de outubro de 1983

Afinal, uma semana de notícias animadoras

Em um período de tanto desânimo e incerteza, pode-se dizer que a última semana trouxe notícias animadoras. Vimos, primeiro, que o incidente gerado por um discurso do deputado Mário Juruna, que assumira proporções que de modo algum se justificavam, acabou sendo rapidamente superado pela ação ágil e serena da Mesa da Câmara dos Deputados. A indignação de membros do governo em um primeiro momento cedeu lugar à moderação, sendo prontamente absorvida a decisão da Câmara de advertir o deputado e recomendar-lhe a apresentação de desculpas às autoridades ofendidas por suas palavras.

Outro episódio marcante, que denota a compreensão de que nada interessa menos à causa da democracia no País do que um confronto entre os poderes Executivo e Legislativo, foi a iniciativa tomada por parlamentares do PDS de promover uma discussão construtiva entre o governo e o Congresso Nacional, abrangendo os partidos de oposição, em torno do Decreto-lei nº 2.045, que tanta in-

satisfação tem provocado em diversos setores da sociedade.

As autoridades mostraram-se receptivas a essas gestões e o presidente João Figueiredo foi ainda mais longe, decidindo falar à Nação para dar a sua aprovação expressa para que os entendimentos se processassem. Em seu discurso, o presidente afirmou que o decreto-lei seria objeto de reexame pelo governo, com base em propostas alternativas articuladas no âmbito parlamentar, o que é absolutamente inédito em se tratando de matéria econômica.

Muito ainda falta para que se promova uma verdadeira abertura no campo econômico, mas não resta dúvida de que a atitude que o presidente da República resolveu tomar representa um passo nessa direção. O chefe do governo não alterou os objetivos da política econômica, mas deixou claro que não considera existir apenas um único caminho para atingi-los, o que contrasta com a atitude rígida de alguns de seus ministros. Falou ele também — e isso é raro nos pronunciamentos oficiais —

em distribuição mais equitativa dos sacrifícios exigidos da população nesta hora.

Simultaneamente, tivemos outra boa notícia relacionada à nova fase da negociação internacional que o País está empreendendo. Como ressaltamos em nosso editorial de ontem, tem um significado político importante a decisão do governo brasileiro de solicitar dilatação dos prazos de carência e de liquidação dos empréstimos, que deverão ingressar para o acerto do balanço de pagamentos neste final de ano e em 1984. Como se viu, as condições solicitadas pelo nosso governo tiveram o assentimento do Comitê de Coordenação dos bancos credores do Brasil, que concordaram ainda com uma redução do "spread" e da "flat fee", ou taxa cobrada, de uma única vez, na concessão dos financiamentos.

Trata-se do reconhecimento de que o País deve merecer um tratamento pelo menos benigno nas condições atuais. Talvez a aceitação pelos bancos das condições propostas constitua um precedente, que poderá ajudar a

abrir as portas para negociações futuras em torno de questões mais delicadas como a pesada carga de juros que o País deverá suportar nos próximos anos.

Um fato novo e bastante expressivo da melhora no relacionamento entre o governo brasileiro e a comunidade financeira internacional é a decisão, anunciada ao final da reunião do Comitê de Coordenação, de que o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, será acompanhado, em suas viagens previstas aos centros financeiros internacionais, por um representante credenciado do Fundo Monetário Internacional e por altos executivos de bancos participantes mais diretamente da negociação.

Isso deverá facilitar a tarefa de convencer os bancos de diversos países a participar dos novos financiamentos acertados para este e para o próximo ano. A presença desses representantes pode ser entendida como uma manifestação de co-responsabilidade, a tônica, aliás, das boas notícias da semana que passou.